



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA E FORTALECIMENTO DO CONSELHO ESCOLAR COM A ASSESSORIA DO SERVIÇO SOCIAL DA UERJ: LIMITES E POSSIBILIDADES

Marlucia Barbosa de Figueiredo¹
Jurema Alves Pereira²

Resumo: Trata-se da análise de uma experiência de extensão do Projeto Educação, Saúde, Cultura e Cidadania com Crianças, Adolescentes e Jovens da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que desenvolveu ações político pedagógicas de assessoria numa escola municipal com crianças e familiares, oportunizando a formação profissional por meio do estágio de final de semana.

Palavras-chaves: Educação, Serviço Social, Formação, Escola, Família.

Abstract: It is an analysis of an experience of extension of the Education, Health, Culture and Citizenship Project with Children, Adolescents and Young People of the School of Social Work of the State University of Rio de Janeiro, which developed political pedagogical actions of advising in a municipal school with children and families, giving vocational training through the weekend internship.

Keyword: Education, Social Work, Formation, School, Family.

Apresentação

O presente trabalho foi motivado pela experiência no campo de estágio, no Projeto Educação, Saúde, Cultura e Cidadania com Crianças, Adolescentes e Jovens (PESCCAJ), projeto de extensão da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que desenvolvia atividades de assessoria junto aos profissionais de educação, familiares e crianças de uma escola pública municipal, localizada no município de Queimados, na Baixada Fluminense/Rio de Janeiro.

O PESCCAJ realizou, por meio de um convênio da Universidade com a Prefeitura Municipal de Queimados/Secretaria Municipal de Educação (SEMED), atividades político-pedagógicas, tendo como principal objetivo a criação de campo de estágio de final de semana, aos trabalhadores estudantes da Faculdade de Serviço Social.

¹ Profissional de Serviço Social, Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu, E-mail: juremaalves3008@gmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Universidade Do Estado do Rio de Janeiro, E-mail: juremaalves3008@gmail.com.

O trabalho do PESCCAJ iniciou-se no ano de 2009 em Queimados por uma Assistente Social, coordenadora desse projeto, que foi convidada, na época, pela Coordenadora da Coordenadoria de Estudos Estratégicos e Desenvolvimento (CEED) da UERJ, para compor uma equipe multiprofissional que prestou assessoria e participou da gestão compartilhada para criação do Núcleo Intersetorial de Atenção à Saúde dos Estudantes da Rede Pública de Educação (NAE), iniciativa da SEMED e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Queimados.

Simultaneamente as reuniões com a equipe do NAE, o PESCCAJ passou a desenvolver, aos finais de semana no ano 2009, atividades nas escolas no “Dia da Família na escola”, com objetivo de aproximar os familiares. Tais atividades foram organizadas pelo PESCCAJ juntamente com o Núcleo de Interação Família/Escola (NIFE). Posteriormente, em 2010, o projeto atuou durante três semestres numa escola municipal, desta vez, se relacionando com o Programa Escola Aberta. Programa de nível federal que possibilita a abertura de escolas públicas durante os finais de semana e tem como objetivo proporcionar “[...] educação, cultura, esporte, lazer e trabalho para a juventude, [...] a resignificação da escola como espaço alternativo para o desenvolvimento de atividades de formação para os alunos da educação básica das escolas públicas e suas comunidades” (BRASIL, Programa Escola Aberta, 2007). Entretanto, com muitos limites e contradições no desenvolvimento de suas ações. Neste caso, o PESCCAJ desenvolveu suas atividades junto ao programa com um grupo de adolescentes, articulando por meio de um projeto de intervenção de uma estagiária à época, a sua experiência no movimento hip hop com a oficina de futebol, oportunizando espaços de socialização e reflexão sobre a realidade do grupo, por meio de uma expressão cultural popular e de uma modalidade esportiva das mais popularizadas no Brasil. Tal experiência também serviu de campo empírico para produção de uma monografia de graduação fundamentada no conceito de cultura e educação gramsciana.

Em junho de 2011, iniciou-se um trabalho de assessoria a outra escola municipal, a partir do interesse da Diretora e da Orientadora Educacional da referida unidade escolar em desenvolver um projeto da escola junto às famílias e sensibilizar os profissionais para a importância da participação familiar. Nesta ocasião as referidas profissionais participaram de um seminário promovido pelo NAE, juntamente com a equipe da UERJ, quando a Assistente Social, coordenadora do PESCCAJ, abordou o tema “Questão Social, Família e Sucesso Escolar”. A partir de então, a referida profissional da UERJ ofereceu-se para participar do encontro pedagógico com os profissionais de educação e foi proposto o desenvolvimento de atividades visando o

atendimento à demanda de aproximação dos familiares da escola para uma maior participação, o que já tinha sido iniciado pela unidade escolar.

Assim, o trabalho desenvolvido com as famílias consistiu na realização de grupos educativos mensais onde foram trazidos temas vivenciados no âmbito escolar e familiar, que retratavam algumas refrações da questão social³ sugeridos pelos participantes e profissionais da escola. A equipe do PESCCAJ, ao tratar sobre os temas, buscou estimular a reflexão do grupo de uma forma ampliada, articulando o que é vivenciado na escola à dinâmica social na qual estavam inseridos. É importante ressaltar que a Diretora e a Orientadora Educacional, também participavam dos grupos, utilizando-os como espaço de aproximação com as famílias. A maioria dos assuntos discutidos nas primeiras atividades, estavam relacionados à violência devido a demanda dos familiares e da escola, como por exemplo: “Violência na Escola”, “Construindo estratégias de não-violência”, “Violência Doméstica”, “Violência Sexual contra Crianças”, entre outros.

A partir das atividades desenvolvidas com as famílias, evidenciou-se a demanda de um espaço onde as crianças, que acompanhavam seus familiares ou permaneciam sozinhas em casa, pudessem ficar até o término da referida atividade. Assim, considerando a demanda identificada e articulando a um dos objetivos previstos no PESCCAJ, iniciaram-se grupos educativos de cultura, esporte e lazer com crianças, na faixa etária de 6 a 11 anos, caracterizando uma segunda frente de atuação na escola.

As atividades foram desenvolvidas com o objetivo de estimular o senso crítico das mesmas em relação à escola, bem como a reflexão sobre sua vida social, colocando-as como sujeitos que fazem parte da dinâmica da vida social da comunidade onde vivem. Para tanto, foram utilizadas brincadeiras com construção de desenhos, leitura de gibis e livros, filmes relacionados aos temas trabalhados com os familiares, criando um espaço de lazer, onde as crianças também refletem sobre sua vida social enquanto brincam. Corroborando com Almeida (2008) que afirma que “(...) a educação adquire como instância da vida social o seu significado no curso dos processos políticos que se dão na esfera do Estado e da Sociedade Civil em nossa sociedade” (Idem, 2008, p. 85).

Neste sentido, a equipe do PESCCAJ buscou criar, coletivamente com os sujeitos da comunidade escolar, um projeto de participação das famílias, partindo da

³ Segundo IAMAMOTO, 2011 a questão social é indissociável pensar da forma de organização da sociedade capitalista, e diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais nela engendradas. Por tanto, ela expressa a desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades da relação capital e trabalho.

necessidade de aproximar os familiares do ambiente escolar, fazendo uma integração entre escola e a família, em busca da melhoria da qualidade da educação das crianças. Com isso, o referido projeto foi pautado no projeto ético político profissional do Serviço Social na direção do atendimento aos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora da periferia urbana, entendendo que o espaço escolar deve ser formado com a participação dos familiares e responsáveis no intuito da construção de sua emancipação política enquanto sujeitos de direito.

Desenvolvimento

A trajetória da política de educação no Brasil é marcada por disputas entre as classes no que se refere à garantia do acesso à educação escolarizada. Essas disputas se dão em torno do direito à educação e na organização de um sistema educacional alicerçado na universalização do acesso à escola pública. É importante ressaltar que tal universalização não deve ficar somente no papel, mas que de fato seja posta ao alcance de todos, socializando a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia.

Segundo ALMEIDA (2012, p.93):

[...] compreendemos que não se deve pensar a educação e todos os outros direitos sociais e humanos de modo desvinculado das condições reais em que produzimos nossa existência. A construção de uma educação que fortaleça os significados da cidadania, de liberdade, de democracia e de emancipação não pode estar desarticulada das lutas pelo acesso à saúde, ao trabalho digno, à moradia, ao lazer, à cultura e a tudo aquilo que hoje está ausente das condições de vida da maior parte da população deste país [...].

Nesse contexto, destaca-se a Constituição Federal de 1988 que garante direitos sociais já explicitados acima e conquistados pelos trabalhadores por meio de árduas lutas políticas e sociais. No entanto, percebemos que tais direitos não estão sendo realizados de fato, pois o ideário neoliberal, incide nas políticas sociais com estratégias de desmonte que incluem a redução de recursos a elas destinadas, crescendo assim o processo de privatização. Embora saibamos que lidamos com projetos societários antagônicos, tendo de um lado interesses capitalistas e de outro da classe trabalhadora que luta historicamente para que seus direitos sejam ampliados, é com essa classe que o profissional de Serviço Social deve coadunar-se

de acordo com o Projeto Ético-Político e por estar inserido na divisão social do trabalho enquanto uma profissão assalariada.

Para tanto, reforça-se o papel estratégico do Assistente Social que tem como direção no seu Código de Ética Profissional (CFESS, 2012):

a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; a defesa e aprofundamento e consolidação da cidadania; posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços da gestão democrática (Idem, 2012, p.20).

A educação é uma expressão das lutas sociais, em particular, aquelas travadas em torno das disputas societárias, ela deve ser levada em conta no seu significado como dimensão da vida social e como área de atuação e disputas no campo das políticas públicas (ALMEIDA, 2012, p.96). Para tanto Almeida, acrescenta ainda que “o processo de redemocratização, a maior participação política, a nova perspectiva de controle social a partir da sociedade e a representatividade alcançada pelos movimentos populares e sindicais na esfera política” (Idem, 2012, p.97), reforçam a importância de espaços para se realizar a gestão democrática na educação por meio de mecanismos como os conselhos escolares, para buscar a construção do controle social pela comunidade escolar envolvida.

Retomando a Constituição Federal de 1988, e bem depois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/1996 que inauguram princípios da gestão democrática, dentre os quais, a participação das comunidades escolares locais em conselhos escolares, para as decisões do processo educativo. Nesta mesma década, a gestão escolar democrática é considerada um dos principais eixos das políticas educacionais ao atribuir às escolas, maior autonomia e responsabilidade nas questões administrativas, financeiras e pedagógicas, ao mesmo tempo valoriza a busca de mecanismos que favorecem a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões.

Nessa perspectiva de democracia participativa, configura-se um espaço privilegiado de atuação profissional do Assistente Social, onde o mesmo, amparado na sua direção ética e política, competência teórico-metodológica e técnico-operativa, pode ampliar às instâncias de controle social, que buscamos viabilizar por meio deste projeto de extensão universitária.

A partir da experiência inicial na escola foi elaborado por uma das estagiárias um projeto de intervenção intitulado “Fortalecimento do Conselho Escolar na Escola Municipal Batista”, que nasceu de uma demanda por parte da escola que teve como

objetivo a reconstrução deste espaço coletivo de gestão em bases democráticas. É importante ressaltar que esta unidade escolar, já havia realizado uma tentativa em 1997 para efetivar um conselho escolar, onde inclusive, foi criado um estatuto, porém sem participação da comunidade. Todavia, pelos relatos da atual Diretora na prática cotidiana da escola, esse conselho não se materializou intencionando-se recriar o conselho a efetiva participação dos familiares.

Este projeto de intervenção consistiu em uma proposta de trabalho do Serviço Social, inserida em um projeto de extensão universitária, prestando assessoria no âmbito da Educação, tendo como objetivo acompanhar a implantação e o fortalecimento do conselho escolar. Tal projeto por sua relevância e as inquietações que promoveu, tanto na equipe da UERJ, como na da escola, teve desdobramentos num processo investigativo para a sistematização de trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, da estagiária responsável por sua implementação e ainda foi parte significativa das análises da tese de doutorado da Assistente Social.

O objetivo geral do projeto de intervenção foi: construir com a Escola Municipal, por meio do processo de assessoria, estratégias efetivas de participação e controle social por parte dos familiares e estudantes no conselho escolar, tendo como perspectiva que tais sujeitos possam ter voz e vez, enquanto sujeitos sociais⁴ de direitos e construtores de sua história e como objetivos específicos: Incentivar a reflexão, por meio de oficinas trazendo como debate o tema da gestão democrática que possibilite uma participação efetiva no Conselho Escolar; aprofundar o nível de compreensão e interesse dos familiares sobre o conselho escolar; acompanhar a implantação e efetivação do Conselho Escolar, buscando realizar a sistematização da experiência de assessoria em seus limites e possibilidades.

De acordo com Minayo, (2008) a metodologia pode ser definida como o caminho e o instrumento próprio da abordagem da realidade, viabilizado por um conjunto de técnicas que possibilitam a intervenção profissional. Como forma de sistematização do trabalho profissional, o Serviço Social ao assessorar esta escola municipal, utilizou a metodologia reflexiva que tem como base a articulação teórica-prática, de forma a fortalecer espaços que tenham discussões e em que se garantam a democratização, estimulando o exercício da cidadania orientando quanto aos direitos sociais. Como afirma Vasconcelos, (2006) a prática reflexiva tem como base a

⁴ Fazendo um recorte do pensamento marxista, o sujeito Social é aquele que atua na construção da sua história através da sua prática social, nas lutas, dos coletivos organizados e este deve estar em contínua construção/reconstrução social (MARX, apud GOHN, 2004, p.76.)

socialização das informações como um instrumento de indagação e ação sobre a realidade social, pois, faz-se necessário possibilitar a população o acesso a um saber que a instrumentalize, no como e no que reivindicar na busca de alternativas possíveis e de como viabilizá-las.

Retomando o histórico de reativação do conselho escolar, a proposta surgiu no 2º semestre de 2012 em uma das reuniões com a Diretora da escola. A mesma, nos informou que já tinha havido um movimento na gestão anterior, no ano de 1997, de construção do conselho escolar. Entretanto, observou-se, no próprio estatuto construído pela escola na época, que este conselho foi meramente burocrático, não houve a efetiva participação dos familiares na prática. A intenção na nova reconfiguração do referido conselho, era de criar estratégias de aproximar mais os familiares e contribuir para que estes tivessem uma participação mais ativa.

Diante do exposto, a supervisora de estágio e coordenadora do PESCCAJ analisou junto à Diretora e os estagiários, que poderíamos contribuir; porém, teríamos alguns limites, pois a escola já havia nos demandado a realização de um projeto, envolvendo toda a comunidade escolar, de enfrentamento à violência - uma das principais expressões da questão social, evidenciada nesta escola e na rede de educação, desde que o projeto de extensão chegou ao município de Queimados em 2009.

Um outro fator, não menos importante, é que a participação por parte dos familiares oscilava a cada grupo mensal que realizávamos junto com a escola. Percebíamos que não havia uma presença contínua dos mesmos familiares, e a cada reunião retomávamos a anterior para que pudessem entender e acompanhar melhor. No entanto, o grupo participante sempre apresentava uma avaliação muito boa ao final das atividades mostrando resultados do trabalho, mesmo que numa atividade pontual. Identificada tal oscilação de participação dos familiares nas reuniões, a escola junto com o PESCCAJ, criaram estratégias de convidar os responsáveis para participar das atividades com convites e cartazes para aproximá-los mais e por dentro das atividades, falar sobre o conselho escolar, pois entendemos que o processo de construção da consciência crítica não é algo posto, deve ser construído e reconstruído a todo tempo com os sujeitos envolvidos.

Mesmo com essas estratégias, o número de participantes numa das primeiras reuniões durante a semana, foi reduzido, acreditamos que por conta também, das suas condições de vida e de trabalho, por terem um perfil de classe trabalhadora pobre. Tal reunião se antecedeu ao II Encontro dos Conselhos Escolares do Município de Queimados, promovido pela Secretaria Municipal de Educação, realizado na

segunda quinzena de maio de 2013, orientado pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares/Ministério de Educação do Governo Federal, que já convidara às escolas a estimular a criação e consolidação dos conselhos escolares. Em junho de 2013, realizamos um grupo que discutiu a respeito da educação – e de quem é a responsabilidade, dos familiares ou da escola? Tal atividade teve como proposta promover um debate no qual os responsáveis pudessem refletir que a educação se faz de forma coletiva, ressaltando assim a importância da construção do processo da gestão democrática, enfatizando a participação efetiva e constante dos familiares, no intuito de disseminar novas práticas educativas e novas relações sociais no âmbito escolar.

A escola ainda promoveu uma assembleia chamando os responsáveis para falar mais uma vez do conselho escolar e convidar mais familiares a fazerem parte como membros efetivos e suplentes do conselho, que até então somente um pai havia se colocado disponível. Desta assembleia três responsáveis se disponibilizaram a participar. Na sequência, a Diretora marcou um outro encontro para discutirmos sobre o estatuto, onde participamos e contribuímos com a socialização de outros estatutos que pudessem ser analisados e comparados com o que foi disponibilizado pela escola, sendo este cedido por outra unidade escolar. Dentre uma das questões mais relevantes trazidas pelo PESCCAJ, encontra-se a representatividade dos estudantes, mesmo sendo crianças, estes também fazem parte da comunidade escolar e poderiam constituir o conselho escolar.

Segundo ABREU, (2004, p.7) a participação popular é um elemento central do processo de politização das relações sociais e de intervenção crítica e consciente dessas classes no sentido de mobilizarmos esses sujeitos em participar de espaços considerados importantes para efetivação da gestão democrática como membros efetivos do Conselho Escolar. O encontro com os candidatos ao conselho, planejado coletivamente com a equipe da escola e do projeto de extensão, contribuiu para o conhecimento da função e das particularidades que envolvem o papel do(s) membro(s) do Conselho Escolar Conselheiro(s) frente a elaboração e execução da proposta pedagógica pautada pela construção da gestão democrática, fundamentando, nesse sentido, a participação dos segmentos organizados da comunidade escolar no processo político.

Segundo Spósito,

[...] a gestão democrática poderá constituir um caminho real de melhoria da qualidade de ensino se ela for concebida, em profundidade, como mecanismo capaz de alterar práticas pedagógicas. Não há canal institucional que venha a

ser criado no sistema público de ensino que, por si só, transforme a qualidade da educação pública, se não estiver pressuposta a possibilidade de redefinição e se não existir uma vontade coletiva que queira transformar a existência pedagógica concreta (Idem, 2006, p.54).

A gestão democrática desencadeia uma participação social nas tomadas de decisões; na destinação e fiscalização dos recursos financeiros e nas necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; e nos processos de avaliação da escola. O exercício em si destas novas práticas – por exemplo, nos conselhos escolares, o coloca o desafio de construir espaços de interlocução entre sujeitos sociais diferenciados, representando atores sociais e políticos distintos, e de origem socioeconômica e cultural heterogênea.

As escolas necessitam de gestores e conselheiros membros da comunidade escolar capazes de trabalhar e facilitar a resolução de problemas em grupo, que exerça um trabalho de equipe com os professores e colegas, ajudando-os a identificar suas necessidades de capacitação, para que possam adquirir as habilidades necessárias para uma formação de qualidade. Devem ser capazes de ouvir o que os outros têm a dizer, delegando sugestões e/ ou ideias, e dividindo o poder de tomada de decisão. Neste sentido, foi fundamental a assessoria do Serviço Social à escola a partir da elaboração de Bravo e Matos (2006) entendendo que:

[...] torna-se relevante se atentar que cabe ao profissional, ao oferecer o seu trabalho de assessoria, problematizar junto aos usuários a necessidade de sua organização política tanto dentro da instituição (estimulando a organização de comissões, conselhos paritários, associações de usuários etc.), como fora da instituição (estimulando a participação em movimentos sociais gerais e específicos, nos conselhos de políticas e de direitos etc.), mas nunca realizar uma relação de tutela ou empreender alguma ação em nome dos usuários. Assim, a qualidade das ações ou organizações que o assistente social assessorar vai sempre ser variável, a depender da organização política dos usuários, mas é, contraditoriamente, o potencial político ou a sua ausência, conteúdo fundante a ser trabalhado pelo assessor junto a quem assessora” (Idem, 2006, p. 51-52).

O debate contribuiu para o enriquecimento do conhecimento acerca do processo de gestão democrática e do conselho escolar. Tal percepção se justifica através dos ricos discursos reflexivos apresentados pelos familiares presentes, nos quais mostraram-se interessados e conscientes da importância da temática dentro da escola e suas implicações à construção do processo democrático, que envolva toda a comunidade escolar. Nesse contexto, o debate possibilitou uma maior compreensão e aproximação da equipe PESCCAJ acerca do trabalho profissional desenvolvido pelo conselho escolar, a partir da reflexão da participação política dos sujeitos envolvidos

como forma de fomentar e estimular a elaboração das propostas pedagógicas e sugestões fundamentais para a garantia e materialização da educação de qualidade construída sob a perspectiva da ação coletiva, objetivando, assim, uma formação humana.

Considerações finais:

Fazendo uma análise na efetivação do projeto de intervenção, desde sua construção até sua implementação, avaliamos que o mesmo não foi realizado em sua totalidade por algumas questões. A demanda foi por parte da escola que requisitou ao PESCCAJ o trabalho de assessoria para construir estratégias em aproximar os familiares, assim como professores e funcionários em participar do conselho escolar. Tal demanda culminou com uma orientação da Secretaria Municipal de Educação, que por vezes estabelecia metas e respostas a serem cumpridas em que muitas das vezes, as reuniões ocorriam durante a semana. Além disso, o PESCCAJ tinha seu limite de atuação enquanto projeto de extensão e assessoria, não podia intervir na organização da escola, embora as sugestões trazidas tivessem sido utilizadas nas reuniões que a escola promovia com os familiares, e até com os professores no sentido de sensibilizá-los à participação no conselho.

Entretanto, entendemos que o processo de participação democrática deve ser construído na horizontalidade e que o mesmo é um “elemento central do processo de politização das relações sociais e de intervenção crítica e consciente, no sentido de mobilizarmos esses sujeitos em participar de espaços considerados importantes para efetivação da gestão democrática” (ABREU, 2004, p.7). Nesse sentido, o PESCCAJ persistiu em fortalecer a implementação do conselho, dentro dos seus limites e possibilidades de atuação e por considerar este movimento da escola um dos resultados do processo de assessoria realizado pelo PESCCAJ na referida unidade escolar de suma importância da participação democrática dos familiares.

Embora houvesse um movimento para implementação da Gestão Democrática, onde a participação dos familiares como sujeitos sociais era de fundamental importância na escola, muito em parte pela Diretora, a sua organização muitas das vezes, era atravessada por orientações e demandas advindas da Secretaria Municipal de Educação que estabelecia prazos e metas, os quais atravessavam o processo de conscientização da escola com estes familiares

Todavia, sabemos que a política de educação, assim como as demais políticas sociais, sofrem interferências de organismos internacionais e busca atender as

demandas postas pelo sistema neoliberal que se reveste com o discurso de acessibilidade e democracia quando na verdade não há um querer e compromisso político que os familiares participem intervindo, questionando, propondo mudanças.

Concernente a formação, o campo de estágio produziu reflexões teórico-metodológicas sobre o Serviço Social no campo da educação no fortalecimento da gestão democrática, tendo como público a família, incentivando a sua participação no Conselho Escolar e buscando na realização da pesquisa para construção do trabalho de conclusão do curso, aprofundar as reflexões que trataram da dimensão político pedagógica, que é inerente ao trabalho do Assistente Social.

Deste modo, é possível afirmar que mesmo com os limites de atuação neste campo de estágio, conseguimos fortalecer a participação democrática das famílias na área de educação, por meio de atividades educativas, ratificando que a escola é um dos espaços de trabalho do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, n. 79, ano XXV, especial, 2004.

ABREU, Maria Maciel e CARDOSO, Franci Gomes, Mobilização Social e práticas educativas, In: **Serviço Social Direitos sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social e a Educação. **Revista em Foco**. Rio de Janeiro. CRESS/RJ. (2008).

ALMEIDA, Ney L.T e RODRIGUES, Maria C.P. **Serviço Social e Educação**. organizadores; Coordenadores da série Valeria Forti, Yolanda Guerra – Lumen Juris/Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL, **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares** - cadernos 01, 02, 03, 04 e 05-MEC, Brasília – DF, 2006.

BRASIL, **Programa Escola Aberta**, 2007, Brasília.

BRAVO, Maria Inês de Souza. e MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**, Rio de Janeiro, 7 Letras, FAPERJ, 2006.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na política de educação**, 3º série Trabalhos e Projeto profissional nas políticas sociais. Brasília. CFESS, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. – 34º ed. - São Paulo: Cortez, 2011

LINHARES, Célia, De uma cultura de guerra para uma cultura de paz e justiça social: movimentos instituintes em escolas públicas como processos de formação docente. In: LINHARES, Célia e LEAL, Maria Cristina (orgs.). **Formação de professores: uma crítica à razão e à política hegemônicas**. Rio de Janeiro; D P & A, 2002

MINAYO, Maria Cecília de Souza, 2008 11ªed. **O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO.

VASCONCELOS, Ana Maria. Serviço Social e práticas democráticas na saúde. Formação e trabalho Profissional. In: **Serviço Social e Saúde formação e trabalho profissional**. Mota et al (Orgs) São Paulo, Cortez, 2006